

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.944 - SC (2019/0206486-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : ANÍSIO MONTEIRO  
**AGRAVANTE** : ANTONIO CARLOS DIAS  
**AGRAVANTE** : ANTONIO CARLOS SIMÃO  
**AGRAVANTE** : ANTONIO DE PAULO  
**AGRAVANTE** : ANTÔNIO DEMÉTRIO ALVES  
**AGRAVANTE** : ANTONIO JOVINO CABRAL  
**AGRAVANTE** : ANTONIO MARCOS CHAGAS  
**AGRAVANTE** : ANTONIO PEDRO CASCAES  
**AGRAVANTE** : ANTONIO VALDEVINO CAVALHEIRO  
**AGRAVANTE** : ARARAHY DE SOUZA FILHO  
**ADVOGADOS** : SAULO BONAT DE MELLO - PR024636  
HEROLDES BAHR NETO - PR023432  
**AGRAVADO** : CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A  
**ADVOGADOS** : LYCURGO LEITE NETO - RJ018268  
ALYSSON ROCHA E OUTRO(S) - SC053660A

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ANÍSIO MONTEIRO e OUTROS contra decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

A matéria tratada no presente recurso é o pedido de indenização de danos morais e materiais contra CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A - CELESC em face de vazamento de óleo oriundo de uma das subestações da ré, que teria prejudicado o meio ambiente e a pesca no local.

No Superior Tribunal de Justiça, a competência das Seções e respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa, cabendo à Primeira Seção processar e julgar os feitos relativos a direito público (art. 9º, *caput*, e § 1º, XIV, do RISTJ).

A propósito, o tema vem sendo decidido pela Primeira Seção, conforme se depreende dos seguintes julgados: REsp 1.802.345/SC e AREsp 1.447.177/SC.

Ante o exposto, determino sejam os presentes autos redistribuídos a um dos Ministros integrantes da Primeira Seção.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília-DF, 07 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator